

“Falhámos enquanto União Europeia”

Ana Domingos e Maria Francisca Campos
Escola Superior de Comunicação Social

Pedro A. Neto afirma que assumir o cargo de diretor-executivo da Amnistia Internacional foi aceitar trabalhar a tempo inteiro naquilo em que acredita, vivendo uma vida dedicada em favor dos Direitos Humanos. Sucedeu a Teresa Pina em 2016 e para isso contribuiu o voluntariado que fez em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Brasil e Marrocos. Foi também presidente da organização não-governamental ORBIS-cooperação e desenvolvimento, com a qual realizou vários projetos nos PALOP.

Como e quando surgiu o seu primeiro contacto com a Amnistia Internacional?

Para ser sincero já não consigo precisar. A Amnistia Internacional, apesar de todos os desafios e dificuldades, vai estando presente na nossa vida. Quem está atento à comunicação social vai também percebendo o trabalho que a organização faz, não só em Portugal, mas também pelo mundo fora. Assim, o contacto mais efetivo foi quando eu era professor e fazia atividades com os meus alunos de direitos humanos através das ferramentas que a Amnistia Internacional providencia; depois também de uma forma mais especial quando fui orador num TEDx, estando em nome de uma outra ONGD, em que estive lá também comigo uma oradora, uma pessoa que trabalha comigo na Amnistia Internacional, a falar de Direitos Humanos.

O governo de António Costa assume-se como pró-acolhimento, no entanto Portugal é dos países da EU que acolhe menos refugiados, ficando mesmo atrás de países com claras políticas contra o acolhimento como a Hungria e a Polónia. Na sua opinião, qual será a causa para tal acontecer?

De facto é verdade. Em termos de per-capita, o percentual português é o mais baixo de todos os países da Europa. O que concorre para isso acontecer são várias razões, algumas delas são responsabilidade nossa [Portugal] e outras são de responsabilidade europeia. No mecanismo de recolocação – na Grécia e em Itália – os refugiados que lá estão têm uma ideia alargada do que é a Europa. A perceção que têm é de irem para

os países em que acreditam que terão mais hipóteses de refazer a sua vida e arranjar emprego, como a Bélgica, Alemanha ou França. Portugal não é uma opção porque eles não têm ideia disso.

Há uma razão comum entre os refugiados que passam pela triagem na Grécia e Itália, e os que vêm diretamente para cá [Portugal] ao abrigo do programa da reinstalação: não conhecem o nosso país. Os refugiados não sabem onde fica Portugal nem têm noção do que é o nosso país, não sabem que aqui há oportunidades para eles refazerem a sua vida e providenciar sustento às suas famílias. Porque foi isso que foi posto em causa quando tiveram de fugir: a segurança e a sua sobrevivência económica. O investimento que o país faz para promover o turismo podia ser igualmente feito, apenas um bocadinho, para nos promover como país de acolhimento de refugiados. Mas depois há outras questões: o governo tem um discurso de pró-acolhimento, mas depois quando os refugiados chegam deparam-se com uma série tremenda de dificuldades e burocracias que empatam o processo. Os funcionários que o SEF tinha antes são os mesmo que tem agora para dar resposta a um serviço que teve um aumento de pedidos tremendamente superior e excecional. Logo isto causa aqui entropias e problemas. Depois o Governo – e muito bem – delegou nas organizações da sociedade civil, nas IPSS, o acolhimento prático dos refugiados, mas não as capacitou nem financeiramente nem, muito menos, com capacidades locais, de logística ou interconhecimento cultural, porque são pessoas diferentes de nós na sua cultura. Portanto há aqui muitas barreiras que, em termos de gestão de logística deste processo, não foram acauteladas e por isso estão a falhar, causando tanta frustração nas pessoas.

O top 10 de países que acolhe mais refugiados é repleto de países pobres e subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, sendo que há apenas um país europeu: a Alemanha. Acha correto afirmar que os líderes europeus tratam os refugiados não como seres humanos com direitos, mas como problemas a ser evitados?

A maioria destes países acolhe refugiados porque quando se foge de uma situação de guerra ou de pobreza extrema é sempre para o país mais próximo. Essa é a primeira razão, a condicionante geográfica. Depois, claro, os problemas estão mais longe. Tivemos há alguns anos um conflito na Síria, que é um país relativamente perto de nós,

da Europa, e antes disso a questão dos refugiados era um problema longínquo. Agora que tivemos de lidar com este assunto falhámos enquanto União Europeia e falhámos sobretudo por causa de muita desinformação. Isto porque tem havido líderes políticos que precisam de um vilão em quem colocar culpas para depois se apresentarem como heróis e salvadores da pátria nas eleições.

Este discurso tem sido uma constante e está a dar frutos: na Polónia, Hungria, Turquia e até Portugal. É um tipo de liderança fraca que, como não tem créditos para se apresentar, diz sempre mal dos grupos vulneráveis. De pessoas que são mais frágeis e que como não têm voz não podem vir a debate e mostrar que aquilo de que estão a ser acusados não é verdadeiro. A Europa tem ido muito atrás disso. Há um apelo que faço sempre que posso: não deixem de pensar pela própria cabeça, de raciocinar e não se deixem levar pelos discursos fáceis e enganosos. Estas pessoas trabalham os nossos medos e aquilo que nós desconhecemos, e, como não conhecemos refugiados, é fácil acreditarmos que o desconhecido mete medo e é preciso ter atenção. As pessoas têm que voltar a consumir imprensa séria, têm que se informar e não podem deixar-se levar por tudo o que lhes é dito. É isto que está em jogo e por causa disso é também a democracia que está em jogo.

A democracia tem uma coisa má: como toda a gente tem que participar, é mais vagarosa a evolução e o desenvolvimento das coisas. O mau demora tempo a fazer porque é preciso o acordo de toda a gente. Eu creio que mesmo que a extrema direita passe a ser a terceira força do Parlamento Europeu – que é o que dizem as piores sondagens –, há ainda outras duas maiores. Na moderação é que está a virtude e, portanto, sendo também a Europa um espaço plural de debate, se as pessoas souberem estar sempre no campo do debate e da argumentação sem nunca partir para a violência, não haverá problema.

A democracia é um sistema de equilíbrio em que hoje vamos mais para um lado e depois vamos mais para o outro. Sendo da área da história fui percebendo isso: a humanidade foi-se fazendo em ciclos e contraciclos. Houve momentos da história traumáticos em que esse contraciclo foi dramático, como as duas Guerras Mundiais, mas depois a humanidade encontrou-se outra vez.

Para além das petições, quais são as ações e o trabalho concreto feito pela Amnistia em campo?

O nosso trabalho é uma mesa de três pernas e todas as pernas têm de ser do mesmo tamanho senão a mesa desequilibra-se. O primeiro trabalho é a investigação em que estamos no terreno a ver aquilo que acontece e os abusos dos Direitos Humanos. Depois disso, os relatórios seguem para o trabalho da advocacia política que passa por chamar a atenção dos responsáveis por esses abusos. Muitas vezes são feitos por governos quer direta ou indiretamente. Quando não nos ouvem à primeira fazemos campanhas e envolvemos os nossos ativistas espalhados pelo mundo inteiro pedindo para que vão para as ruas, para as redes sociais, para a imprensa e de forma pública aumentamos a pressão sobre os responsáveis. Muitas vezes é da pressão pública e do ativismo que, depois, o trabalho funciona. E as petições enquadram-se neste aspeto: somos nós a recolher assinaturas para mediaticamente falar, não em nosso nome, não em nome pessoal, mas em nome dos milhares de pessoas que assinaram uma carta e estão a pedir alguma coisa. Isso é uma ferramenta pedrosíssima.

Acha que há um desconhecimento generalizado face aos direitos humanos? De que forma é que acha que estes podem ser transmitidos da melhor forma?

Temos trabalhado com o Governo e com o Ministério da Educação, numa espécie de campanha, para que os Direitos Humanos passem a ser assunto obrigatório e não esporádico, porque são uma coisa de todos nós e de todos os dias. Todos nós somos responsáveis pelo seu cumprimento, pelas atitudes e pelos valores que temos. E isso começa desde cedo, desde os tempos da escola. Acho que temos que mudar a nossa matriz e isso faz-se com políticas públicas, com um modelo social e económico que seja mais justo e equilibrado. Nem tão para a esquerda nem tão para a direita. E ter a noção de que todos temos lugar na sociedade, todos somos diferentes e importantes. É isso que enriquece a sociedade: sermos diferentes uns dos outros. Cada um de nós tem uma componente na questão dos Direitos Humanos porque está a produzir um bem para a sociedade e é isso que as pessoas têm de pensar, não noutros processos.